

Política de Privacidade

1. Introdução

Somos a RioSaúde, Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro criada em maio de 2013. Temos como principal missão atuar na execução de políticas públicas de saúde, realizando gestão transparente, íntegra, custo-eficiente e ágil com profissionais capacitados, garantindo acesso, segurança e qualidade nos serviços prestados para dessa forma oferecer à população carioca um serviço público de saúde de excelência, mais ágil, de melhor qualidade e humanizado.

Esta Política de Privacidade foi elaborada em conformidade com a Lei Federal n.º 12.527 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), Lei Federal n.º 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e com a Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e tem como objetivo descrever como são tratados os dados pessoais dos usuários. Nesta política, encontram-se disponibilizadas informações sobre quais dados são coletados, como são coletados, qual base legal justifica a coleta, bem como, se há compartilhamento de dados com terceiros e quais as medidas de segurança adotadas para manter a segurança na coleta de tais dados.

Desde já, declaramos que respeitamos a privacidade e escolhas dos usuários quanto ao tratamento dos seus Dados Pessoais e só os tratamos nos exatos limites permitidos pela lei, considerando aspectos de necessidade, adequação e finalidade dos referidos dados.

2. Definições básicas

O que você precisa saber antes de ler esse documento?

Agentes de tratamento: são agentes de tratamento o controlador e o operador de dados pessoais, os quais podem ser pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou privado. Não são considerados controladores (autônomos ou conjuntos) ou operadores os indivíduos subordinados, tais como os funcionários, os servidores públicos ou as equipes de trabalho de uma organização, já que atuam sob o poder diretivo do agente de tratamento.

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

Banco de Dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um

ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.

Base Legal: hipóteses previstas na LGPD que autorizam o Tratamento de Dados Pessoais

Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada, não sendo a única nem a principal base legal possível para viabilizar o tratamento de dados pessoais.

Controlador: pessoa natural (física) ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Dados Pessoais: são informações relacionadas a pessoa natural identificada ou identificável. Significa dizer quaisquer informações coletadas pelo site, que: identifiquem, ou que, quando usadas em combinação com outras informações tratadas identifiquem um indivíduo; ou por meio das quais a identificação ou informações de contato de uma pessoa física possam ser derivadas.

Dados pessoais sensíveis: dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculados a uma pessoa natural.

Dados pessoais anonimizados: dado relativo a um titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

Encarregado de Dados Pessoais: pessoa indicada, mediante ato formal, pelo controlador e pelo operador, cujas identidade e informações de contato estarão divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador e do operador, sendo responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, o operador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD

Finalidade: é o objetivo que a empresa deseja alcançar a partir de cada ato de tratamento dos dados pessoais.

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Titular dos Dados: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, cruzamento, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da

informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Uso compartilhado dos dados: comunicação, difusão, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos ou privados.

Incidente de segurança com dados pessoais: qualquer evento relacionado à violação na segurança dos dados pessoais, tais como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte em destruição, perda, alteração, ou qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, que possam resultar em riscos para a privacidade e os direitos do titular de dados pessoais.

3 - Controlador

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais define como controlador, em seu Art. 5º, inciso VI, a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Somente após o compartilhamento dos dados pessoais por meio de inscrição nos nossos processos seletivos é que a RioSaúde passa a ser a responsável pelo seu tratamento.

Endereço: Rua Voluntários da Pátria, 169 - Botafogo

Endereço eletrônico: <https://riosaude.prefeitura.rio/>

4 – Encarregado

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais define como encarregado, em seu Art. 5º, inciso VIII, a pessoa indicada pelo Controlador e Operador para atuar como canal de comunicação entre o Controlador, os Titulares dos Dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), assim como verificar os riscos existentes, apontar as medidas corretivas e avaliar periodicamente a segurança de dados.

Os Encarregados de dados da RioSaúde são:

Douglas Souto da Silva Oliveira - douglas.oliveira@rio.rj.gov.br

Marina Ewerton Semedo (suplente) - marina.semedo@rio.rj.gov.br

Reginaldo Flores Tavares da Silva (suplente) – reginaldo.tavares@rio.rj.gov.br

Você poderá entrar em contato com eles por meio dos e-mails informados para sanar dúvidas

sobre esta Política de Privacidade ou para obter mais informações sobre o tratamento dos dados realizado na empresa com fundamento na LGPD.

5 - Como Coletamos os Dados Pessoais?

Coletamos seus dados pessoais quando você os disponibiliza para nós através das seguintes maneiras:

- Preenchimento do nosso formulário cadastral;
- Candidatura em processos seletivos
- Realização de contato direto conosco por meio dos meios pelos quais você pode enviar dados pessoais.

5.1 Esses dados podem ser:

- Nome completo; Nome social; Nacionalidade; Naturalidade; Data de nascimento; Sexo, Filiação; Número de inscrição no CPF, Estado Civil; Endereço de E-mail; Endereço; Número de telefone; RG.

A forma como esses dados pessoais são coletados é informada no quadro abaixo:

DADOS TRATADOS	FORMA DE COLETA DOS DADOS
<i>Nome completo</i>	<i>Informado pelo usuário</i>
<i>Nome social</i>	<i>Informado pelo usuário (opcional)</i>
<i>Data de nascimento</i>	<i>Informado pelo usuário</i>
<i>Sexo</i>	<i>Informado pelo usuário</i>
<i>Filiação</i>	<i>Informado pelo usuário</i>
<i>Nacionalidade</i>	<i>Informado pelo usuário</i>
<i>Naturalidade</i>	<i>Informado pelo usuário</i>
<i>Número de inscrição no CPF</i>	<i>Informado pelo usuário</i>
<i>Estado civil</i>	<i>Informado pelo usuário</i>
<i>Endereço de e-mail</i>	<i>Informado pelo usuário</i>
<i>RG</i>	<i>Informado pelo usuário</i>
<i>Endereço</i> <i>Número de telefone</i>	<i>Informado pelo usuário</i> <i>Coletado pelo aplicativo (caso seja autorizado) ou informado pelo usuário</i>

6 – Base legal para o tratamento dos Dados Pessoais / Como utilizamos seus dados pessoais?

6.1 Inscrição em nossos processos seletivos

Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/2018), só podemos utilizar seus dados para determinadas finalidades e quando tivermos uma base legal para fazê-lo. Os dados que coletamos em nosso site, são tratados e analisados para inscrição em nossos processos seletivos com o objetivo de identificação do usuário, nos termos do artigo 7º, incisos II, III e V da LGPD.

Caso ocorra a aprovação em algum processo, tais dados poderão ser reutilizados para o procedimento de admissão.

Nesta etapa inicial, não realizamos o tratamento de dados pessoais sensíveis. Se precisarmos tratar dados pessoais sensíveis para alguma finalidade específica iremos lhe informar.

6.2 Serviço ao Usuário

Também utilizamos seus dados pessoais para prestarmos serviços a vocês usuários, incluindo responder questionamentos, reclamações e solicitações (reclamações que chegam por e-mail ou ouvidoria).

7 – Direitos dos Titulares de Dados Pessoais

São seus direitos enquanto titular de dados pessoais, previstos na LGPD:

Direito de confirmação e acesso (Art. 18, incisos I e II): é o direito do titular de dados de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.

Direito de retificação (Art. 18, inciso III): é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, inciso IV): é o direito do titular de dados de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Direito de oposição (Art. 18, § 2º): é o direito do titular de dados de, a qualquer momento, opor-se ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de

consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20): o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

Nos termos da LGPD, o titular dos dados poderá a qualquer momento solicitar o acesso à confirmação da existência de tratamento, correção, anonimização, eliminação ou limitação de uso de seus dados pessoais custodiados pela RioSaúde, exceto nos casos previstos em lei.

8 – Compartilhamento de Dados

Os dados pessoais dos usuários poderão ser compartilhados entre os setores que compõem a estrutura organizacional da RioSaúde, cuja atividade exija que eles tenham o referido acesso, ressaltando-se que na análise do caso concreto poderão ser solicitadas outras informações, que podem compreender eventualmente dados sensíveis.

Além disso, os dados pessoais dos usuários também poderão ser compartilhados com as seguintes pessoas ou empresas: Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Operador que desenvolve o Aplicativo e o serviço de nuvem que armazena os dados.”, assim como para investigações judiciais, quando necessário.

Também poderá haver:

8.1 - Divulgação dos dados pela Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial): Os dados pessoais inseridos em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, e, compartilhados com a Empresa Municipal de Artes Gráficas S/A – Imprensa da Cidade, visando à publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, tem como finalidade específica, como determina o artigo 26 da LGPD, a concretização dos princípios da publicidade (artigo 37, caput, da CF/88) e da transparência (arts. 5º, XXXIII, 37, § 3º, II e 216, § 2º da CF/88, regulamentados pela Lei 12.527/2011).

8.2 - Compartilhamento dos dados em processos físicos e digitais: Os dados pessoais tratados pela Administração Pública Municipal poderão ser inseridos em processos físicos ou processos virtuais, neste último caso inseridos no Processo.rio, para fins de tramitação de expediente administrativo, em

cumprimento aos princípios do devido processo legal e da legalidade administrativa, além das obrigações legais constantes da Constituição Federal, da Lei Federal 9.784/99 e do Decreto Municipal 2.477/80, sendo o tratamento de dados pessoais inseridos nos processos administrativos realizados de acordo com a base legal constante do art. 7º, II, da LGPD.

10 – Transferência Internacional de Dados:

Não haverá transferência internacional de dados pessoais.

11 – Segurança dos Dados

A RioSaúde empreenderá todos os esforços necessários para adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de perda, destruição, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado, ou ilícito bem como responder pelos danos decorrentes de violações de segurança aos dados pessoais.

Em caso de ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a RioSaúde compromete-se a informar aos titulares em prazo adequado.

Todos os seus dados são confidenciais e somente acessados por empregados públicos através de acesso individual aos sistemas devidamente protegidos por login e senha, impessoais e intransferíveis.

Contudo, a RioSaúde se exime de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiros, como em caso de ataque de hackers ou crackers, ou culpa exclusiva do titular, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiros. A RioSaúde se compromete, ainda, a comunicar o titular em prazo adequado caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa causar alto risco para seus direitos e liberdades pessoais.

12 – Atualizações da Política de Privacidade

A presente versão é a primeira desta Política de Privacidade e foi atualizada pela última vez em: 15/06/2024.

A RioSaúde se reserva o direito de modificar no site, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções dos serviços da empresa, bem como, das normas vigentes.

Qualquer alteração e/ou atualização da presente passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

13 - Foro

Esta Política de Privacidade será regida pela legislação brasileira. Fica eleito o foro Central da Comarca do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.